



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

(Revogada pela Resolução Consepe n.º 31/2015, de 10 de dezembro de 2015).

~~RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)~~
~~Nº 10/ 2007~~

~~Dispõe sobre as Normas para Remoção
de Docentes Permanentes no âmbito da
Universidade Federal do Tocantins.~~

~~O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão — CONSEPE, da Fundação
Universidade Federal do Tocantins — UFT, reunido em sessão no dia 26 de setembro de
2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,~~

RESOLVE:

~~Art. 1º Aprovar as normas para remoção de docentes permanentes no âmbito da
Universidade Federal do Tocantins.~~

~~Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.~~

~~Palmas, 26 de setembro de 2007.~~

Prof. Alan Barbiero

eps _____ Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

~~NORMAS PARA REMOÇÃO DE DOCENTES PERMANENTES NO ÂMBITO DA~~
~~UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS~~

~~DAS DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~Art. 1º Esta Resolução têm por objetivo regulamentar a remoção de docentes permanentes no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.~~

~~DA REMOÇÃO~~

~~Art. 2º Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, com ou sem mudança de sede.~~

~~Art. 3º A Remoção do servidor dar-se-á:~~

~~I— de ofício, no interesse da Administração;~~

~~II— a pedido, a critério da Administração;~~

~~III— nos termos do art. 36º, parágrafo único, inciso III, das Leis nº 8.112/90 e 9.527/97~~

~~Art. 4º O interesse da Administração a que se refere o inciso I do artigo anterior, que justifique a Remoção de ofício, será decidido e processado pela Administração Superior da UFT, embasando-se nos procedimentos instaurados junto ao Colegiado e ao Conselho Diretor do Campus.~~

~~Art. 5º Para o caso do inciso II do art. 3º, quando a remoção implicar mudança de sede, o docente da UFT, após estágio probatório, deverá apresentar o seu pedido ao Colegiado ao qual está vinculado, e obedecer aos seguintes procedimentos:~~

~~I— o pedido de remoção deve indicar o Colegiado de destino e ser encaminhado ao Conselho Diretor do campus onde o servidor está lotado, juntamente com a aprovação do requerimento pelo Colegiado ao qual pertence, registrado em Ata própria;~~

~~II— o requerimento será então encaminhado ao Diretor do Campus para o qual o docente está postulando a remoção, a fim de verificar o interesse do Colegiado receptor;~~

~~III – havendo vaga e interesse do Colegiado receptor, este deverá emitir declaração de concordância com a remoção para o Colegiado de origem do servidor, conforme regime de trabalho do mesmo;~~

~~IV – por fim, o Diretor do *Campus* que recebeu o docente enviará os documentos ao CONSUNI, que, após a homologação, encaminhará o processo à Diretoria de Desenvolvimento Humano para a efetivação da remoção.~~

~~Parágrafo único. Não havendo aprovação pelo Colegiado cedente do pedido de remoção, o servidor poderá recorrer às instâncias imediatamente superiores.~~

~~Art. 6º Na hipótese da remoção não importar mudança de sede, utilizam-se as disposições do artigo antecedente, no que forem aplicáveis.~~

~~Art. 7º Caso o pedido de Remoção tiver como fundamento o inc. III do art. 3 desta resolução, será deferido pelo Reitor, exclusivamente nas hipóteses abaixo, mediante parecer da Procuradoria Geral da Universidade Federal do Tocantins:~~

~~I – para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;~~

~~II – por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;~~

~~Art. 8º. Não será beneficiado com a remoção, o servidor que estiver respondendo processo administrativo na qualidade de acusado. Sua remoção somente poderá ocorrer após a conclusão do processo.~~

~~Parágrafo único. O servidor que se encontrar em cumprimento de processo administrativo somente poderá ter o seu pedido deferido após o cumprimento da penalidade.~~

~~DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS~~

~~Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSUNI.~~

~~Art. 10 Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.~~

Palmas, 26 de setembro de 2007

Prof. Alan Barbiero

Presidente